

Martin HASPELMATH. 2019. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change? In K. Schmidtke-Bode, N. Levshina, S.M. Michaelis & I.A. Seržant (eds.), *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*. Berlin: Language Science Press, pp. 1–23. DOI:10.5281/zenodo.2583804

Carlos Sousa e Silva¹

silvacarlosrogerio@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

1.

O trabalho de um investigador em Tipologia, como aliás o de qualquer linguista, não envolve apenas o levantamento de dados, mas passa também pela sua explicação e categorização. Neste sentido, além de questionar “quais são os universais?”, é igualmente importante indagar “o que é que se entende por *universal*?” e “como podemos categorizá-los?”.

A visão tipológica clássica de Greenberg (1963, 1995) levanta, desde logo, a questão da relação entre os universais e a sincronia e entre os universais e a diacronia, distinguindo-os da seguinte forma:

- i. **Universais sincrónicos prototípicos:** “Se uma língua tem a propriedade X, então também tem/tende a ter a propriedade Y.”;
- ii. **Universais diacrónicos prototípicos:** “Uma língua de tipo A pode mudar diretamente para uma língua de tipo B.”.

Deste modo, na segunda metade do século XX, começou a surgir a ideia de que “[the] synchronic regularities are merely consequences of [diachronic] forces” (Greenberg 1969: 186), ideia esta que foi quase completamente abandonada com o apogeu do Generativismo e com a teoria dos princípios e parâmetros (Chomsky 1981; 1986).

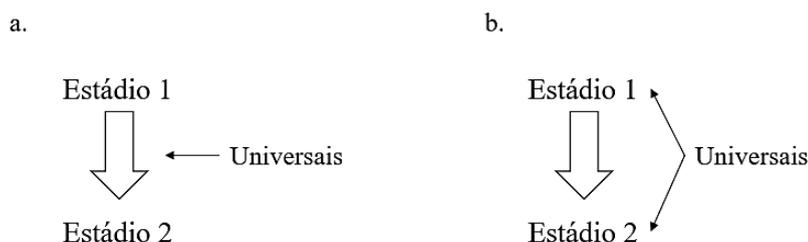
A explicação de tendências universais a partir da diacronia tem vindo a ganhar terreno recentemente, nomeadamente pela mão de Blevins (2004, 2006) e de Bybee

¹ Estudante do 1.º ano do curso de Doutoramento em Ciências da Linguagem.

(2008). Para estas autoras, todos os “universais” são diacrônicos por natureza, isto é, os “universais” são um pequeno conjunto de mecanismos de mudança subjacentes às línguas que motivam a superficialização de aparentes “universais sincrônicos”, como se vê em (1a). Assim, Blevins (2006: 120) propõe uma lista de mecanismos universais, entre eles “a mudança fonética numa certa direção tende a continuar”; este mecanismo comporta sincrônica ou diacronicamente processos como, por exemplo, a palatalização ou a velarização (e.g. te[s]ta lat. > te[h]te francês antigo > teØte francês moderno “cabeça”).

Kiparsky (2006²; 2008³) defende que os mecanismos de mudança podem ser uma pista para universais, mas não são universais eles mesmos. Para este especialista, os “verdadeiros universais” subjazem à estrutura da gramática sincrônica das línguas, como podemos observar em (1b).

1)



É nesta discussão que se introduz o texto de Haspelmath aqui recenseado.

2.

Martin Haspelmath é um dos mais notáveis investigadores em Tipologia Linguística. Professor na Universidade de Leipzig e investigador no Instituto Max Planck, é um dos principais editores das bases de dados tipológicas *WALS – World Atlas of Language Structures* e *Glottolog*.

Assim, num momento em que quase diariamente palpitam novas visões teóricas e nova terminologia, ninguém melhor do que este especialista, pela sua experiência e cultura tipológica, para reorganizar esta área do conhecimento, trazendo-lhe, através das suas ideias, precisão e rigor teórico-metodológico. Deste modo, uma das ideias fortes deste artigo é a de que uma restrição (*restriction*), uma condicionante (*constraint*), uma preferência (*preference*), uma tendência (*tendency*), uma predisposição (*bias*) e uma

² *Contra* Blevins (2004; 2006).

³ *Contra* Bybee (2008).

motivação (*motivation*) não devem ser utilizadas indiferentemente pelos linguistas, razão pela qual boa parte do artigo (Haspelmath 2019: 4-8) é dedicada ao esclarecimento destes termos.

Outra das ideias centrais é a de que a noção de “explicação diacrónica” para os universais é muito vaga. Consequentemente, Haspelmath propõe uma divisão entre “condicionantes mutacionais” e “condicionantes adaptativo-funcionais” como diferentes vias de explicação de tendências universais na mudança linguística.

3.

Este trabalho de Haspelmath divide-se em 8 partes distintas.

Na primeira, o investigador enquadra o artigo no âmbito da “teorização” tipológica, mais especificamente, na ideia essencial dos “universais diacrónicos” (1.). Depois, na secção 2., *Regularities and causal factors: concepts and technical terms*, o autor procura distinguir várias noções usadas na investigação em Tipologia Linguística, nomeadamente a de “regularidades das línguas particulares” (2.1.), a de “padrões recorrentes e tendências universais” (2.2.) e a de “preferências, condicionantes e restrições” (2.3.).

Segue-se a esta longa secção, que ocupa sensivelmente metade do artigo, o esclarecimento da noção de “condicionante mutacional” (3.) e a sua exemplificação (4.), por oposição ao conceito de “condicionante adaptativo-funcional” (5. e 6.).

Por fim, na secção 7., *A cost scale of constraints*, Haspelmath hierarquiza as condicionantes, de acordo com a sua dificuldade de aplicação à descrição tipológica, concluindo, em 8., com a resposta à questão que dá título ao artigo: “Será que as regularidades comuns às línguas podem ser explicadas através de condicionantes na mudança linguística?”.

4.

Logo na introdução (secção 1.), depois de explicitada a hipótese que será debatida ao longo do artigo, ou seja, a de que todos os universais são diacrónicos por natureza, e de identificados os seus principais defensores (Timberlake 2003; Blevins 2006; Bickel 2015; Anderson 2016), o autor expõe os principais objetivos que presidiram à escrita do artigo:

- i. a clarificação conceptual (de propostas e termos utilizados em cada uma delas);

- ii. a proposta de que há duas formas segundo as quais a diacronia e os universais podem ser explicados: as condicionantes mutacionais para os casos de caminhos de evolução comuns e as condicionantes adaptativo-funcionais para os casos de multi-convergência.

Assim, na secção 2., que visa responder ao objetivo (i), Haspelmath (2019: 4-6) introduz uma distinção crucial entre regularidades e causas como formas de explicação dos universais. Para uma perspetiva sintética dos termos reanalisados pelo autor e dos usos teórico-tipológicos de cada um deles, observe-se o quadro 2).

2)

REGULARIDADES		CAUSAS	
Língua particular	Comum às línguas		Condicionantes ⁴
Regra, Construção	Padrões recorrentes	Tendências Universais	Podem ser fortes
Podem ser vistas como explicações para os padrões recorrentes, mas no sentido fraco/nível básico.	Não implicam outras línguas.	Implicam todas as línguas.	Restrições
			Preferências

Muito na linha kiparskiana, o tipologista afirma que as regularidades não podem ser vistas *per se* como explicação para a distribuição de certos padrões linguísticos nas línguas do mundo, sendo esse papel reservado a quatro tipos de condicionantes:

3)

- a. **Condicionantes Adaptativo-Funcionais:** aquilo que facilita a comunicação entre o locutor e o ouvinte;
Ex.: Os inventários fonológicos favorecem sistemas de cinco vogais, porque fazem um melhor uso do espaço acústico (De Boer 2011).
- b. **Condicionantes Representacionais:** aquilo que é preferido ou necessário para a representação cognitiva da linguagem;

⁴ “Condicionantes” traduz o termo *constraint*, de Haspelmath (2019), uma vez que, apesar de, em português, normalmente ser traduzido por “restrição”, este autor distingue *constraint* de *restriction*, impossibilitando, portanto, a tradução mais usual.

Além disso, Haspelmath (2019: 4) chama a atenção para o facto de *constraint* ser usado na Teoria da Otimidade (Prince & Smolensky 1993) para descrever regularidades internas às línguas. Contrariamente, este investigador usa-o para a descrição de universais, como sinónimo de *force* ou *pressure*.

Ex.: Categorias funcionais como a *Determiner Phrase* estão representadas em todas as línguas, de forma “aberta” ou “coberta”, caso as línguas superficializem artigos ou não (Longobardi 1994).

- c. **Condicionantes Mutacionais:** aquilo que é preferido ou necessário à mudança;
Ex.: As vogais nasais surgem apenas de sequências VN (Greenberg 1978).
- d. **Condicionantes Aquisicionais:** aquilo que é preferido ou necessário à aquisição de uma língua por crianças (podem ser incluídas nas condicionantes representacionais, uma vez que, generativamente, o que pode ser representado também pode ser aprendido);
Ex.: Uma língua, para ser aprendida, tem de ter vogais (Nevins 2010).

Logicamente, esta distinção levanta uma questão teórica: qual a vantagem do uso do termo “condicionante mutacional” sobre a expressão “explicação diacrónica”? Assim, na secção 3., Haspelmath (2019: 10-11) enumera um conjunto de argumentos a favor da terminologia previamente esclarecida:

- i. A “explicação diacrónica” pode designar simplesmente a explicação das mudanças e não as causas que levam aos universais;
- ii. Explicações históricas aparecem como justificação de idiossincrasias contemporâneas (como o plural *foot/feet*), o que é irrelevante quando aplicado aos universais, uma vez que o objetivo é a verificação de percursos possíveis ou impossíveis de evolução;
- iii. Há duas formas em que a emergência de certos padrões envolve a diacronia: as distribuições podem ser diacronicamente determinadas (“condicionantes mutacionais”) ou podem surgir por realização diacrónica de resultados preferidos (“condicionantes adaptativo-funcionais”);
- iv. O termo “explicação diacrónica” incita a um contraste com “explicação sincrónica”; ora, estes termos, além de serem problemáticos, convidam a explicações não-causais.

Aprofunda-se, de seguida (secção 4.), porque é que, ao contrário da visão de Blevins (2004) e de Bybee (2008), os padrões recorrentes de mudança não são, por si mesmos, condicionantes sobre as mudanças possíveis.

Na verdade, apesar da existência de padrões diacrónicos recorrentes nas línguas do mundo, não sabemos, de facto, o suficiente sobre a maior parte da história das línguas do mundo para poder afirmar, com certeza, que não há outras fontes de mudança ou mudanças

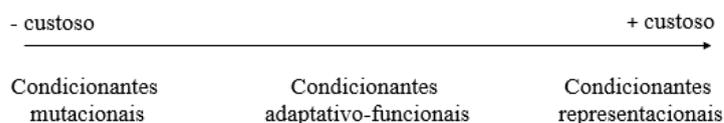
possíveis. Conforme Haspelmath (2019: 11), apenas quando uma mudança é altamente uniforme é que estamos perante uma “condicionante mutacional”. Por exemplo, na mudança fonológica que envolve [h], não há línguas em que se verifique um percurso diferente de $[s/x] > [h] > [\emptyset]$; estamos, portanto, até novas evidências, perante uma “condicionante mutacional”.

Há, no entanto, na evolução das línguas, casos de multi-convergência, ou seja, situações em que um resultado uniforme emerge de diferentes percursos de mudança. Para estes casos, quando se prova que a mudança não é acidental, mas, de facto, uma tendência universal, é necessária a introdução do conceito de “condicionante adaptativo-funcional”, na medida em que o desenvolvimento independente de traços similares surge para facilitação da comunicação, um pouco à maneira de Zipf (1949).

Um dos maiores problemas desta via de explicação é não mostrar de que forma a mudança ocorreu, o que, de acordo com Cristofaro (2017: 10), limita o sucesso deste tipo de explicação. Porém, Haspelmath (2019: 15) defende que o importante neste tipo de situações não é a maneira como ela ocorreu, mas a relação entre a motivação e os resultados observados, isto é, quando um resultado é preferido, qualquer tipo de mudança pode fazê-lo emergir e, assim, não precisamos de perceber qual a natureza da mudança.

Por fim (ponto 7.), o autor apresenta uma escala, que se reproduz em 4), do quão custoso é, para o linguista, propor cada tipo de condicionantes universais na mudança linguística:

4)



As “condicionantes mutacionais” são as mais fáceis e menos contestáveis, dado que assentam em mudanças que podem ser observadas e testadas à medida que novos dados surgem. As “adaptativo-funcionais” são mais difíceis de propor, visto que a fonte da mudança não é una e são altamente inferenciais. Já as “condicionantes representacionais”, por serem extremamente abstratas, devem, segundo este investigador, ser propostas apenas como último recurso explicativo.

Em suma, respondendo à pergunta que dá título ao artigo, Haspelmath (2019: 17) diz que algumas regularidades distribucionais nas línguas do mundo podem ser explicadas por condicionantes na mudança (“mutacionais”), mas nem todas, uma vez que, nos casos de multi-convergência, as “condicionantes adaptativo-funcionais” parecem ser a explicação mais viável.

5.

Dada a grande dispersão metalinguística no campo da explicação dos universais linguísticos e a falta de entendimento da maneira como a diacronia e os universais interagem, o texto de Haspelmath destaca-se enquanto instrumento norteador, tanto para quem faz, como para quem queira encetar o seu trabalho de investigação em Tipologia.

Na primeira parte, que envolve as secções 1. e 2., ganha especial relevo a distinção feita entre condicionantes, restrições (condicionantes fortes) e preferências (condicionantes fracas), conceitos usados de forma indiferente e, por vezes, confusa, na literatura tipológica. Por isso, o autor torna-os mais específicos e mais teoricamente neutros.

Além disso, a divisão das “explicações diacrónicas” em “condicionantes mutacionais” e “adaptativo-funcionais” (secções 3. a 6.) não só mune a Tipologia Linguística de um acrescido rigor explicativo, como também torna aplicável a ideia de Kiparsky (2006; 2008) segundo a qual os padrões recorrentes não podem funcionar como explicação nem constituem universais em si.

Em síntese, a capacidade de exposição de termos, de argumentação e de exemplificação patentes neste texto tornam-no incontornável no quadro da Tipologia Linguística.

Referências

- Anderson, S. 2016. Synchronic versus diachronic explanation and the nature of the Language Faculty. *Annual Review of Linguistics* 2(1): 11–31.
- Bickel, B.; Witzlack-Makarevich, A.; Choudhary, K. Schlesewsky, M.; Bornkessel-Schlesewsky, I. 2015. The neurophysiology of language processing shapes the evolution of grammar: Evidence from case marking. *PLoS ONE* 10(8). e0132819.
- Blevins, J. 2004. *Evolutionary phonology: The emergence of sound patterns*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____ 2006. A theoretical synopsis of Evolutionary Phonology. *Theoretical Linguistics* 32(2): 117–166.
- Bybee, J. 2008. Formal universals as emergent phenomena: The origins of structure preservation. In *Linguistic universals and language change* (108-121). Oxford: Oxford University Press.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- _____ 1986. *Knowledge of language: Its nature, origin, and use*. New York: Praeger.
- Cristofaro, S. 2017. Implicational universals and dependencies. In *Dependencies in language: On the causal ontology of linguistic systems* (9-22). Berlin: Language Science Press.
- De Boer, B. 2001. *The origins of vowel systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Greenberg, J. 1963. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In *Universals of language* (58-90). Cambridge, MA: MIT Press.
- _____ 1969. Some methods of dynamic comparison in linguistics. In *Substance and structure of language* (147-203). Berkeley: University of California Press.
- _____ 1978. Diachrony, synchrony and language universals. In *Universals of human language I: Method and theory* (61–92). Stanford: Stanford University Press.
- _____ 1995. The diachronic typological approach to language. In *Approaches to Language Typology* (145-166). Oxford: Clarendon.
- Hammond, M. 2006. Phonological Universals. In *Encyclopedia of Language and Linguistics* (525-531). Oxford: Elsevier.
- Haspelmath, M. 2019. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change? In *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence* (1-23). Berlin: Language Science Press.
- Hyman, L. 2008. Universals in phonology. *The Linguistic Review* 25(1/2): 83-137.
- Kiparsky, P. 2006. Amphichroniclinguistics vs Evolutionary Phonology. *Theoretical Linguistics* 32: 217-236.
- _____ 2008. Universals constrains change: change results in typological generalizations. In *Linguistic universals and language change* (23-53). Oxford: University Press.
- Longobardi, G. 1994. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25(4): 609–665.
- Nevins, A. 2010. Two Case Studies in Phonological Universals: A view from Artificial grammars. *Biolinguistics* 4: 217-232.
- Prince, A.; Smolensky. 1993. *Optimality Theory*. University of Colorado.
- Timberlake, A. 2003. Review of “G. C. Corbett: *Number* (2000)” and of “G. Senft (ed.): *Systems of nominal classification* (2000)”. *Journal of Linguistics* 29: 189–195.
- Zipf, G. 1949. *Human Behavior and the Principle of Least Effort*. Boston: Addison-Wesley.